



GOVERNODOESTADODERONDÔNIA
SECRETARIADEESTADODEFINANÇAS
TRIBUNALADMINISTRATIVODETRIBUTOSESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

PROCESSO : 20222800100013 EPAT 13257
RECURSO : VOLUNTÁRIO Nº089/2023
RECORRENTE : PANIFICADORA NORDESTE LTDA
RECORRIDA : 2ª INSTÂNCIA TATE/SEFIN
RELATOR : **FABIANO EMANOEL FERNANDES CAETANO**
RELATÓRIO : Nº 2023/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN

Consta na peça exordial que o sujeito passivo foi autuado porque deixou de escriturar no livro Registro de Saídas, documentos fiscais emitidos com destaque do ICMS.

Nestas circunstâncias, foi indicado como dispositivo infringido os artigos 77, X, alínea “b”, item 1 da Lei 688/96.

Em sua defesa, o sujeito passivo alega que o auto de infração foi lavrado com base em norma inexistente(Decreto Revogado), insegurança na determinação da infração, ausência de DFE válida, ausência de prejuízo ao estado, multa com efeito confiscatório, aplicação de juros e correção superior a Selic, entendimento do STF, ao final, requer a improcedência do auto de infração.

Em decisão de primeira instância, após os analisar os argumentos defensivos e os documentos apresentados pelo autuante, o julgador declarou a nulidade do auto de infração, por vício material.



GOVERNODOESTADODERONDÔNIA
SECRETARIADEESTADODEFINANÇAS
TRIBUNALADMINISTRATIVODETRIBUTOSESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

Em manifestação fiscal, o autor do feito requer a manutenção do auto de infração.

É o relatório.

Dos Fundamentos :

Pelo que se aduz autos, percebe-se que o autuante, ao proceder com os ajustes solicitados por meio de DSF, lavrou dois autos de infração (20222800100013 e 20222300060018) com a mesma descrição: “Deixar de efetuar o registro de notas fiscais de saídas tributadas na EFD (livro de registro de saída)”, o que contraria a orientação disposta no Enunciado nº. 005 deste TATE, que assim determina;

ENUNCIADO 005 – Falta de Registro de Documentos Fiscais de Entrada e de Saída de Mercadorias no Livro Registro de Entrada ou Saída.

1) A infração vinculada à falta de registro de documentos fiscais referentes a Entrada ou Saída de mercadorias tributadas deve ser capitulada na penalidade específica prevista no Art. artigo 77, inciso X, alínea “a” ou “b” da Lei n. 688/96, com a cobrança do ICMS devido no mesmo auto de infração, relativo à operação de saída ou à presunção de saída sem nota fiscal em relação as Entradas não registradas. (Art. 72, V da Lei 688/96)

2) A utilização do artigo 77, inciso IV, alínea “a-1” da Lei 688/1996 pressupõe duas condições concomitantes para sua aplicação em auto de infração:

a) Ocorrência de ação ou omissão, demonstrada na ação fiscal, que resulte em falta de pagamento do imposto;



GOVERNADO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS E ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

b) Que a ação ou omissão não esteja prevista em outra penalidade específica.

Em relação ao processo nº 20222800100013, ora em análise, verifica-se que este foi considerado nulo em decisão singular, sob argumentos transcritos abaixo:

Pesa sobre a ação de fiscalização o fato exposto nas iniciais deste relatório, que se refere à existência de outro auto lavrado em aditamento e que corresponde à mesma infração descrita neste procedimento (auto 20223000600018 – julgado procedente em primeira instância), onde se indicou que o mesmo sujeito passivo, em relação ao mesmo fato (por não ter escriturados documentos fiscais de saída), deixou de pagar o imposto devido. E, no caso, foi constituído crédito tributário com a cobrança do ICMS (referente aos documentos fiscais não escriturados) e cobrada a penalidade de multa por deixar de pagar imposto.

A conclusão dos fatos é a de que somente deve existir um auto de infração. Ao deixar de escriturar notas fiscais de saída, de operações tributadas, por certo houve este é o motivo da diminuição do imposto a pagar, bem como a infração tipificada em lei. Ou seja, assim deveria ser constituído o crédito tributário: um único auto de infração com a cobrança do ICMS devido (conforme destacado nos documentos de registros omitidos) e com a multa prevista para esta infração (falta de escrituração de notas fiscais de saída – Lei 688/1996, artigo 77, inciso X, alínea b-1), de 15% sobre o valor das operações não escrituradas.

Aliás, a incompatibilidade em se lavrar dois autos de infração se demonstra pela própria penalidade aplicada no auto 20223000600018 (90% do valor do imposto não



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS E ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

pago), cujo texto determina sua utilização, somente “nas hipóteses para as quais não haja previsão de penalidade específica.

Portanto, por já existir outro processo que versa sobre a mesma infração deste, já julgado procedente em primeira instância, e, considerando-se a impertinência de coexistirem os dois processos concomitantemente, torna-se imperioso que seja declarado nulo o auto de infração em análise.

Assim, nos termos do Enunciado 005/TATE, como já foi efetuada a correção da multa no auto de infração 20223000600018, este auto de infração deve ser considerado nulo.

Nestes termos, conheço de recurso de ofício interposto para negar-lhe provimento, mantendo a decisão singular de nulidade do auto de infração.

É como voto.

Porto Velho, 18 de maio de 2023.

FABIANO EMANOEL FERNANDES CAETANO
Julgador/2ª Câmara de Julgamento/TATE/SEFIN

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS – TATE

PROCESSO : Nº 20222800100013 EPAT 13.257
RECURSO : VOLUNTÁRIO Nº 044/2023
RECORRENTE : PANIFICADORA NORDESTE LTDA
RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR : JULGADOR – REINALDO DO NASCIMENTO SILVA

RELATÓRIO : Nº 0111/23/2.^a CÂMARA/TATE/SEFIN

ACÓRDÃO Nº 0118/2023/2^a CÂMARA/TATE/SEFIN

EMENTA : **MULTA – DEIXAR DE EFETUAR A ESCRITURAÇÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS RELATIVOS À SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTADAS - NULIDADE** –Demonstrado nos autos que o fisco estadual lavrou 02 autos de infração com o mesmo fato gerador. Aplicação do Enunciado 05/2022/TATE. A multa foi regularmente exigida no auto de infração 20223000600018. Ação fiscal ilidida. Mantida decisão singular de nulidade do auto de infração. Recurso de ofício desprovido. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**, à unanimidade em conhecer do Recurso de ofício interposto para no final negar-lhe provimento, mantendo a decisão de Primeira Instância que julgou **NULO** o auto de infração, conforme Voto do Julgador Relator Fabiano Emanuel Fernandes Caetano, acompanhado pelos julgadores Roberto Valladão Almeida de Carvalho, Juarez Barreto Macedo Junior e Manoel Ribeiro de Matos Junior.

TATE. Sala de Sessões, 18 de maio de 2023.

Anderson Aparecido Arnaut
Presidente

Fabiano E.F. Caetano
Julgador/Relator